

# DOSSIÊ BREXIT – O fim do Reino Unido?

Fonte: [Jacobin Magazine](#) – 10/07/2016 – Tradução: Charles Rosa

Como qualquer masoquista que acompanhe a evolução política atual sabe, o Reino Unido votou a favor da saída da União Europeia, apesar da retumbante oposição de duas das suas nações membros. A Escócia, que continua a ser nominalmente membro do Estado insular cada vez mais ruritano, votou contra o brexit por uma maioria de 62%. A Irlanda do Norte, a única parte do Reino Unido que partilha uma fronteira com outro país da UE, votou para permanecer na UE por uma maioria de 56%. O déficit democrático, um conceito que os sindicalistas britânicos tentaram em vão apagar da consciência popular durante décadas, está de volta à mesa. E as hipóteses de unificação da Irlanda e de independência da Escócia ganharam bastantes pontos.

Nicola Sturgeon, Primeira-Ministra da Escócia e líder do Partido Nacional Escocês (SNP), declarou, tendo em conta o resultado do referendo do mês passado, que o seu governo iria defender o desejo do povo escocês de permanecer na UE por todos os meios, incluindo a realização de um segundo referendo sobre a independência. Quase ao mesmo tempo, o Sinn Féin recordou a sua promessa de exigir uma votação sobre a unificação da Irlanda se a Irlanda do Norte deixar a UE por causa dos votos da maioria britânica.

Sturgeon reuniu-se com todos os altos funcionários da UE que a quiseram ouvir, na esperança de assegurar que a Escócia continue a ser membro, quer faça ou não parte do Reino Unido. Diz-se que o receberam com simpatia, mas pouca coisa mais. Como Andrew Tickell salientou recentemente, a UE é constituída por Estados-Membros, “e até se tornar independente, a Escócia continuará a ser uma nação sem Estado”. É provável que isto

soe como música celeste para Sturgeon: se não houver maneira da Escócia permanecer na UE como parte do Reino Unido (em oposição às garantias dos unionistas em 2014), isso não só constituiria “uma mudança substancial de circunstâncias” – o termo que o SNP usa para definir as condições sob as quais realizaria outro referendo -, mas aumentaria significativamente suas chances de ganhar numa segunda votação.

Agora, mais de um milhão de escoceses votaram a favor do Brexit. Quer se considere que eles fazem parte de uma maioria britânica maior ou de uma minoria dentro de uma entidade eleitoral separada, é agora tanto uma questão de perspectiva ideológica quanto um detalhe técnico. Tentar ignorar o fato diferencial da Escócia como uma entidade política, independentemente das circunstâncias, não tem sido uma estratégia bem sucedida em nenhum momento deste século, e se os apoiadores triunfantes do Brexit de hoje não têm melhor ideia do que apresentar a Escócia como a “Grã-Bretanha do Norte” – que mesmo os sindicalistas mais ilusórios sabiam que esta era uma noção detestada em 2014 – então é claro que tanto eles quanto o Reino Unido realmente ficaram sem ideias. Em suma, embora a independência da Escócia esteja longe de estar garantida, ela tem agora possibilidades com que mesmo os seus mais fervorosos apoiantes não poderiam sonhar há apenas algumas semanas.

“Os escoceses vão se sentir impotentes e penso que isso terá um efeito radicalizante nas partes mais conservadoras da sociedade escocesa”, prevê Jamie Maxwell, jornalista político e antigo porta-voz da coligação socialista escocesa RISE. “Sempre pensei que a Escócia só mudaria de opinião sobre a mudança política radical quando se sentisse encurralada. A Escócia poderia, naturalmente, chegar à conclusão de que o autogoverno é preferível a um nacionalismo profundamente reacionário e nativista. Se for convocado outro referendo, o SNP irá, sem dúvida, cortejar os empresários e a classe média

escocesa, componentes da sociedade escocesa que não estavam convencidos da independência em 2014. Isto poderia levar, na melhor das hipóteses, a uma clara vitória da independência, em que o SNP lideraria a burguesia escocesa da mesma forma que a esquerda lidera as comunidades da classe trabalhadora e ativistas que da última vez votaram “sim” por uma maioria tão esmagadora. No entanto, o SNP deve ter cuidado para não se alienar à esquerda, para que a luta por um objetivo comum não se revele impossível.”

No caso da Irlanda do Norte, os observadores que tratam a unificação com confiança, como se fosse quase uma certeza, conhecem apenas superficialmente, para não dizer pior, as dificuldades envolvidas. A Irlanda do Norte de hoje não é a Irlanda do Norte da agitação, mas também não conseguiu ultrapassar as divisões e os frágeis acordos herdados desses anos. No entanto, mesmo a desconfiança histórica do Estado britânico em relação à democracia participativa pode não ser suficiente para excluir uma votação. Nos termos do Acordo de Sexta-feira Santa, a Irlanda do Norte poderá realizar um referendo se houver sinais claros de que a opinião pública apoia uma Irlanda unida. Embora estes sinais ainda não tenham sido dados, apesar do voto majoritário da Irlanda do Norte a favor da permanência na UE, é pouco provável que o Sinn Féin tivesse feito a sua exigência se não acreditasse que poderia obter o apoio da maioria num futuro próximo.

No entanto, se esse apoio dependesse da permanência na UE, a esquerda irlandesa – sem a qual as tão apregoadas credenciais anti-austeritárias do Sinn Féin desapareceriam – teria de conciliar uma campanha nesse sentido com alguns dos seus compromissos, incluindo a sua oposição de longa data à taxa da água encomendada pela UE na República. Os auto-declarados apoiantes de James Connolly teriam de se convencer de que, apesar da dolorosa memória da experiência grega, é possível resistir aos ditames da UE a partir de dentro.

No seu estilo pessoal inimitável, Boris Johnson – o político

conservador que estava na linha da frente da campanha de saída da UE e cujo sonho de cavalgar o brexit até à chefia do governo caiu em dura realidade alguns dias após a votação – prometeu que o Reino Unido continuará a ser uma “grande potência estrangeira” fora da UE. De fato, como disse Peter Geoghegan, jornalista irlandês com sede na Escócia, “o referendo sobre a UE alimentou em muitas pessoas a ideia de que, em vez de procurar um novo papel nos assuntos mundiais, a Grã-Bretanha precisa de recuperar o seu papel imperial”.

Embora os argumentos de esquerda a favor do nacionalismo irlandês e escocês variem consoante as respectivas circunstâncias, em ambos os casos basearam-se na ideia de que é melhor ser um bom país do que uma grande potência. Para os nacionalistas de esquerda, a dissolução do Estado britânico não é apenas uma necessidade pragmática para a independência irlandesa e escocesa, mas um componente fundamental da prática da libertação nacional e um dever moral de todos os internacionalistas que se respeitam a si próprios. À luz do relatório Chilcot, com as memórias sangrentas da guerra do Iraque mais uma vez renovadas, esta não é, de modo algum, uma abordagem acadêmica.

A estranha mentalidade geopolítica dos sindicalistas britânicos manifestou-se da forma mais reveladora durante a campanha do referendo escocês em 2014, quando o antigo primeiro-ministro Gordon Brown perguntou se uma Escócia independente lideraria uma nova onda de movimentos secessionistas que atingisse o coração do mundo industrializado. “Seria o pioneiro das rupturas nacionalistas na Espanha, Bélgica e Europa Oriental e de mil movimentos de libertação no mundo em desenvolvimento?” Quase em uníssono, a esquerda escocesa respondeu: “E isto seria mau?” Mas mesmo que o desmantelamento do que o teórico marxista do nacionalismo Tom Nairn chamou de “Ukania”/1 fosse uma conquista positiva – e a libertação nacional seria uma conquista duradoura – os numerosos problemas da UE iriam apodrecer ainda mais.

Na situação atual, nenhum país, soberano ou não, tem capacidade para reformar a UE em algo semelhante a uma instituição progressista, ou para a tornar irrelevante com uma alternativa viável de esquerda. Só o tipo de solidariedade internacional entre as nações insurgentes que tanto aterroriza Gordon Brown poderia empreender tal feito. Como disse Hugo Chávez uma vez, será difícil “silenciar os cânticos múltiplos cantados por múltiplas nações que, diante da globalização hegemônica imposta pelo capitalismo, começaram a construir globalizações contra-hegemônicas”. Estas tarefas contêm histórias ainda não escritas. Neste momento, muitos defensores socialistas do direito à autodeterminação, na Europa e fora dela, estão ansiosos e impacientes por se inspirarem nas suas respectivas lutas nacionais. A questão do momento é: o que podem oferecer um ao outro além disso?